

MEMÓRIA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE ARQUIVISTAS NO BRASIL

Katia Isabelli Melo¹

isabelli@unb.br

Rita de Cássia São Paio de Azeredo Esteves²

arquivista.saopaio@gmail.com

Resumo

A profissão de arquivista é reconhecida legalmente no Brasil desde 1978. Anterior ao surgimento do primeiro curso de graduação em Arquivologia, em 1976, e à regulamentação da profissão com a Lei nº 6546/1978, um grupo de profissionais abnegados fez surgir o movimento associativo culminando, em 1971, com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB). A referida associação ganhou abrangência de atuação com a criação de Núcleos Regionais em vários estados brasileiros. A AAB foi a única entidade representativa de arquivistas atuando em âmbito nacional até 1998 quando os Núcleos Regionais foram extintos, dando origem à criação de associações de arquivistas. Os cursos de graduação em Arquivologia, iniciados na década de 70, são ministrados em 16 instituições públicas de ensino e em uma universidade particular. Consequentemente o quantitativo de arquivistas com formação formal ampliou-se consideravelmente e o número de associações de arquivistas chegou a 12. Paralelamente, o mercado de trabalho se mostrou promissor com o aumento do número de vagas em concursos públicos nos três poderes e nas três esferas de governo em todo o país, inclusive nos estados sem a presença do curso de Arquivologia. Diante de tal cenário, esperava-se que o movimento associativo de arquivistas também evoluísse na mesma proporção, possibilitando a renovação dos cargos das diretorias das associações e, sobretudo, da ampliação do quadro de associados. No entanto, observa-se uma participação tímida nos dois aspectos obstaculizando a continuidade e a expansão do movimento associativo. Outras entidades representativas de classe em âmbito nacional como Conselho Profissional e Sindicato foram propostas. Os projetos apresentados em várias ocasiões para criação de Conselho Federal de Arquivologia foram indeferidos e o Sindicato Nacional de Arquivistas e Técnicos de Arquivos (Sinarquivo) não chegou a ser registrado. A fim de compreender a motivação dos presidentes e ex presidentes de associações de arquivistas e a ausência do sentimento de pertença ao coletivo nas novas gerações de arquivistas, está em desenvolvimento uma pesquisa que busca resgatar a memória do movimento associativo de arquivistas sob duas abordagens. Na primeira, pretende-se dar voz às personalidades que atuaram como interlocutores à frente das associações e que expandiram a luta em defesa dos arquivistas, construindo um outro olhar sobre o movimento associativo. Como segunda vertente, busca-se mapear a produção acadêmica científica que aborda o associativismo e as formas de relação com os

¹ Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF, Brasil.

² Dataprev S.A. – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência, João Pessoa/PB, Brasil.

arquivistas analisada anteriormente por (SOUZA, 2011; SILVA & ORRICO, 2012; SILVA, 2013) de modo a construir uma sequência cronológica dos discursos apresentados pelos autores. Prestes a completar 50 anos de luta em prol da categoria, a literatura sobre o associativismo de arquivistas ainda se revela reduzida assim como relatos dos atores que participaram ativamente de sua construção. A pesquisa utiliza-se da metodologia da história oral, pesquisa bibliográfica, além de questionários e entrevistas como instrumentos de coleta de dados. Como primeiros resultados foram mapeadas as principais fontes de informação que abordam o associativismo registradas nos livros, artigos de periódicos, monografias, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, obedecendo um corte cronológico a partir de 1998, ocasião em que ocorre a extinção dos núcleos regionais. Estima-se que as discussões contribuam para que se amplie a visibilidade das associações e que sejam conhecidos os principais legados do movimento associativo para os arquivistas, para os arquivos, para a Arquivologia e para a sociedade em geral.

Palavras-chave: Arquivistas. Associativismo. Memória. Coletivos profissionais História Oral.

1 INTRODUÇÃO

Uma das formas de congregar o coletivo de profissionais tem sido por meio do associativismo. Na área de arquivo não foi diferente. No Brasil, um grupo de profissionais abnegados fez surgir o movimento associativo culminando, em 20 de outubro de 1971, com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB). O fazer arquivístico e o movimento associativo antecederam os cursos de formação e a regulamentação da profissão. Como desdobramento das ações da AAB, a profissão de arquivista foi reconhecida legalmente, por meio da Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Souza (2011, p. 131) afirma que:

Com o esforço e dedicação dos primeiros diretores da AAB, pode-se contar com um currículo mínimo para os cursos de graduação. Além disso, a AAB teve uma atuação determinante no momento de sua fundação, sobretudo na regulamentação da profissão.

Um marco representativo do associativismo de arquivistas deu-se a partir de 1998, quando a AAB que tinha representatividade nacional, extinguiu seus Núcleos Regionais. Com isso os profissionais que atuavam nos Núcleos iniciaram o processo de criação de novas associações.

Estudos sobre o movimento associativo de arquivistas no Brasil estão registrados na obra de (SOUZA, 2011; SILVA e ORRICO, 2012; SILVA, 2013), dentre outros. Uma nova contribuição ocorreu no dia 12 de junho de 2020, com a *Live* Associativismo e Conselho Empoderando a Comunidade Arquivística, promovida pela Associação dos Arquivistas da Paraíba (AAPB) em parceria com o Grupo de Estudos Arquivísticos (GEArq), durante a 4ª Semana Nacional de Arquivos e disponibilizada no canal do GEArq, na plataforma *Youtube*. O ambiente digital foi adotado em função da pandemia de COVID 19. A *Live* contou com a mediação da arquivista Rita de Cássia São Paio de Azeredo Esteves, tendo como convidadas a Prof.^a Katia Isabelli Melo, da Universidade de Brasília (UnB), a Prof.^a Esmeralda Porfírio Sales, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e as arquivistas Débora Flores e Evelise Machado. As discussões decorrentes da *Live* possibilitaram novas indagações sobre o rumo do movimento associativo e, sobretudo, provocaram reflexões sobre a ausência de um estudo que contemplasse os diversos atores que durante anos estiveram à frente das associações de arquivistas. Tais reflexões são extremamente aderentes à temática trabalhada pelo Grupo de Pesquisa Estudos prospectivos: formação e atuação profissional do arquivista, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do qual as autoras participam¹.

Prestes a completar 50 anos de luta em prol da categoria, cujo quantitativo em pesquisa realizada em 2017 era de 7.711 egressos dos cursos de Arquivologia², a literatura sobre o associativismo de arquivistas ainda se revela escassa assim como relatos acerca dos protagonistas que participaram ativamente de sua construção são praticamente inexistentes. A fim de suprir essa lacuna, a pesquisa em desenvolvimento busca: a) entender a situação atual do movimento associativo de arquivistas; b) identificar as estratégias das associações de arquivistas na composição das diretorias; c) conhecer a motivação dos profissionais que atuaram e atuam como diretores das associações de arquivistas; d) resgatar a memória do movimento associativo de arquivistas no Brasil, desde a criação da primeira e única associação que atuou em âmbito nacional até os tempos atuais em que coexistem 12 entidades representativas de arquivistas em âmbito estadual. Nesse intento, definiu-se duas abordagens: a primeira objetiva dar voz aos interlocutores que atuaram à frente das associações e

expandiram a luta em defesa dos profissionais construindo a história do associativismo de arquivistas brasileiros. Como segunda vertente, busca-se mapear a produção acadêmica científica que aborda o associativismo e as formas de relação com os arquivistas, de modo a construir uma sequência cronológica dos discursos apresentados pelos autores.

2 MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE ARQUIVISTAS NO BRASIL

A fundação da AAB possibilitou uma abrangência de atuação em âmbito nacional devido a criação de Núcleos Regionais em alguns estados brasileiros, mantidos sob dependência hierárquica até 1998.

Observa-se que a AAB, “criada para dignificar socialmente a profissão” (Estatuto da AAB, 1971, art. 2º) iniciou um trilhar em busca de visibilidade dos arquivos com investimento na formação continuada, anterior mesmo à regulamentação da profissão, conforme consta do Estatuto AAB de 1971 Art. 2. c) promover por todos os meios a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de Arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, certames, exposições, cursos, seminários e mesas-redondas.

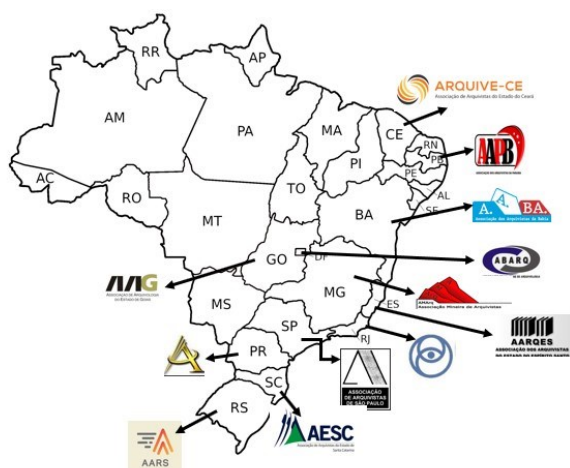
Em cumprimento a este objetivo, a AAB promove o I Congresso Brasileiro de Arquivologia, no período de 15 a 20 de outubro de 1972, no Rio de Janeiro. Dentre as recomendações encaminhadas pela AAB às autoridades de órgãos competentes, destaca-se a seguinte:

Que as autoridades e os administradores em geral sejam alertados e esclarecidos sobre a natureza, valor e importância dos arquivos, como fonte primária de informação, no processo do desenvolvimento nacional. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1972, p. 561).

Percebe-se que as novas associações profissionais de arquivistas inspiraram-se nas ações da AAB, inclusive na elaboração de seus estatutos, devido à similaridade de alguns objetivos, tais como: contribuir para o desenvolvimento técnico, científico e cultural dos profissionais de arquivo, cooperar com entidades públicas e privadas na solução de problemas relacionados aos arquivos, promover cursos e eventos da área de Arquivologia.

Temos então, em 1998, as primeiras associações criadas, Associação dos Arquivistas do Estado de São Paulo (ARQ-SP) e Associação Brasileira de Arquivologia (ABARQ). Em 1999, a Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS). No ano de 2002, os arquivistas do estado da Bahia criam a Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA). Dois anos depois, em 2004, o Rio de Janeiro passou a contar com a Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ). Já em 2005 surgiram duas associações, a Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo (AARQES) e a Associação dos Arquivistas do Paraná (AAPR). No estado de Goiás, em 2006, foi criada a Associação de Arquivologia do Estado de Goiás (AAG). Em 19 de novembro de 2013 foi fundada a Associação dos Arquivistas da Paraíba (AAPB). O ano de 2015 foi contemplado com a fundação de mais duas entidades representativas de arquivistas: a Associação dos Arquivistas do Estado do Ceará (Arquive-CE), no dia 6 de junho, e a Associação dos Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC), no dia 19 de outubro. No dia 22 de novembro de 2017, foi fundada a Associação Mineira de Arquivistas (AMArq). A fim de ilustrar a realidade do movimento pós 1998, a figura 1 demonstra a distribuição geográfica das 12 associações profissionais existentes até o momento da elaboração do artigo.

Figura 1 – Distribuição geográfica das associações de arquivistas no Brasil



Fonte: Adaptado pelas autoras da página InfoEscola.

Como pode-se constatar, há presença de associações de arquivistas em quatro regiões brasileiras, contemplando todos os estados das regiões sul e sudeste, três estados da região nordeste, e duas na região centro-oeste. É possível observar a ausência de associações na região norte, mesmo com a oferta de cursos de formação em Arquivologia na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Com as associações criadas, foi proposto o agrupamento das associações em âmbito nacional, o que ocorreu com a criação da Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia (ENARA), que atuou no período de 2006 a 2014. Por decisão colegiada, em substituição à ENARA, a partir de 2014, as entidades representativas de arquivistas congregaram-se no Fórum Nacional de Associações de Arquivologia (FNArq), conforme afirmam Melo et al. (2020, p.203):

O FNArq surge como um coletivo que amplia a visibilidade das associações profissionais em âmbito nacional, podendo representar a categoria, apresentar as manifestações das entidades, harmonizar todas as vozes buscando mais força do coletivo.

Outras entidades representativas de classe em âmbito nacional, como Conselho Profissional e Sindicato, foram propostas. Apesar da Lei que regulamenta as profissões de arquivista e técnico de arquivo não ter contemplado a criação de Conselho Federal e Regionais de Arquivologia, conforme ocorreu na área de Biblioteconomia e em outras categorias, na década de 1980 há registros de tentativas de criação de um Conselho Profissional, como evidenciam o Projeto de Lei do Senado nº 4351/1984 e o Projeto de Lei nº 62, apresentado à Câmara de Deputados, em 1986. Na década de 1990, há registro de outras duas tentativas de criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia, como os Projetos de Lei do Senado Federal, PLS nº 192/1990 e PLS nº 90/1991. Em 2001 há mais uma iniciativa para criação do Conselho Profissional, o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados, PL nº 5.613/2001. No entanto, os projetos apresentados para criação de Conselho Federal de Arquivologia foram indeferidos.

No âmbito sindical, o espaço proposto para congregar os profissionais e lutar em defesa da categoria foi o Sindicato Nacional de Arquivistas e Técnicos de Arquivos

(SINARQUIVO), que teve uma breve atuação, ainda que sem registro efetivo, o que impediu a sua continuidade.

Ainda que algumas associações estejam com as atividades suspensas, outras revelam-se ativas com ações que buscam o envolvimento dos associados em cursos de capacitação continuada e eventos com temáticas contemporâneas. Registra-se, também, a luta constante em prol da categoria que, em determinadas situações, agrega um esforço colaborativo de mais de uma associação.

1.1 MOVIMENTO ASSOCIATIVO, FORMAÇÃO ACADÊMICA E MERCADO DE TRABALHO

A década de 1970 é extremamente expressiva para os profissionais de arquivo. Foi o período em que a AAB foi fundada, a profissão regulamentada e os primeiros cursos de graduação em Arquivologia surgiram. Atualmente, o curso de Arquivologia é ministrado em 16 instituições públicas de ensino e em uma universidade particular.

Comparando os áureos tempos que ilustram a memória do movimento associativo com o momento atual, é possível observar que as metas, desde o surgimento da primeira associação, foram alcançadas. Inicialmente buscou-se a criação de cursos de graduação em Arquivologia, a regulamentação da profissão e a inclusão do cargo de arquivista no serviço público. No momento presente é possível constatar um aumento considerável da visibilidade da profissão, o crescimento do número de vagas para arquivistas e técnicos de arquivo em concursos públicos nas três esferas de governo e nos três poderes, e o desenvolvimento da pesquisa científica publicizada em artigos, livros e capítulos de livros.

Paralelamente, na área privada, empresas que prestam consultoria, serviços de digitalização e guarda de documentos e outros espaços de atuação contam com arquivistas nos seus quadros, e os termos de referência em licitação exigem a presença do profissional como requisito para a contratação. Outro avanço na área é o empreendedorismo, marcado por arquivistas que atuam em consultorias e na capacitação continuada. O *marketing* digital também contribuiu para o aumento da visibilidade profissional por meio de arquivistas influenciadores que promovem a profissão e compartilham conteúdo gratuito por meio de *Lives* em suas redes sociais.

A necessidade de conformidade à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) também tem se revelado uma ótima oportunidade de mercado para os arquivistas e percebe-se a busca por certificação nessa área.

Diante de tal cenário, esperava-se que o movimento associativo de arquivistas também evoluísse na mesma proporção, possibilitando a renovação dos cargos das diretorias das associações e, sobretudo, a ampliação do quadro de associados. No entanto, observa-se uma participação tímida nos dois aspectos obstaculizando a continuidade e a expansão do movimento associativo, o que a presente pesquisa busca analisar.

3 METODOLOGIA

A pesquisa utiliza-se da metodologia da história oral e pesquisa bibliográfica. Como instrumento de coleta de dados adotou-se o questionário, em formato de formulário eletrônico. O questionário foi estruturado em três blocos. O primeiro refere-se ao respondente e à sua formação, de forma a permitir estabelecer o perfil do público pesquisado. O segundo relaciona-se ao vínculo com a associação que representou, visando registrar o legado de sua gestão e entender sua motivação para participar da associação. O terceiro e último bloco baseia-se na orientação aos futuros representantes e na busca pelo sentimento de pertença ao coletivo profissional.

Ainda como instrumento de coleta de dados aplicou-se entrevistas, realizadas remotamente em plataformas digitais, para explorar o envolvimento dos entrevistados com o movimento associativo, subsidiando a pesquisa de forma a traçar um perfil da entidade e evidenciar a trajetória política de cada representante.

Pesquisa preliminar foi realizada a fim de mapear os interlocutores e identificar os contatos para o envio dos instrumentos de pesquisa. O universo pesquisado contemplou os profissionais que exerceram as funções de presidentes e diretores das associações, visando registrar e disseminar o legado deixado por essas entidades.

Adotou-se como principais fontes de informação sobre associativismo os registros em livros, artigos de periódicos, monografias, teses, dissertações, trabalhos

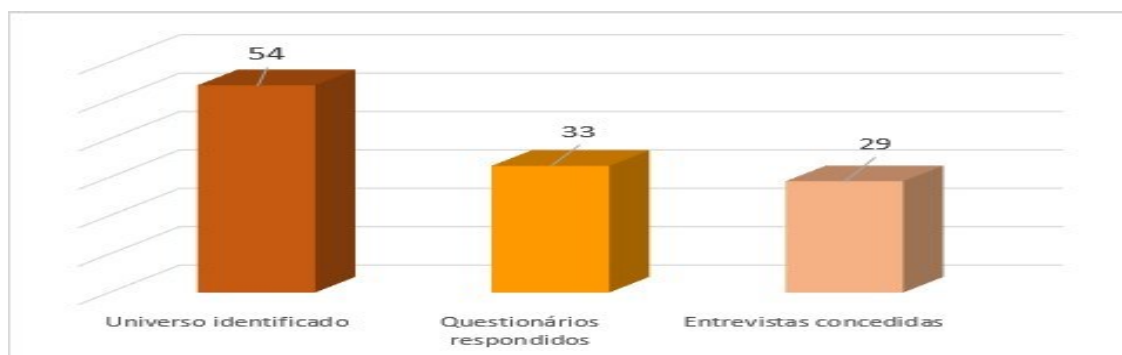
de conclusão de curso, sobretudo tendo como base as pesquisas de (SOUZA, 2011; SILVA e ORRICO, 2012; SILVA, 2013).

4 UMA VISÃO PARCIAL DAS EXPRESSÕES DOS INTERLOCUTORES

Como primeiros resultados da pesquisa é possível relacionar o mapeamento das principais fontes de informação que abordam o associativismo de arquivistas no Brasil, a transcrição das entrevistas, gerando um acervo rico em história oral e dados obtidos a partir das respostas aos questionários. A situação atual da pesquisa mostra que as 13 associações de arquivistas/arquivologia, criadas no Brasil, foram representadas por cerca de 54 profissionais.

Analisando os dados levantados até o momento, observou-se alguns aspectos relativos ao quantitativo, ao gênero, à formação e à profissão daqueles que presidiram as associações de arquivistas. O Gráfico 1 apresenta que, até o momento, o universo identificado conta com 54 representantes, dos quais 33 responderam ao questionário, sendo que 29 além de responderem o questionário, também concederam entrevistas.

Gráfico 1 – Universo Identificado: Questionários e Entrevistas



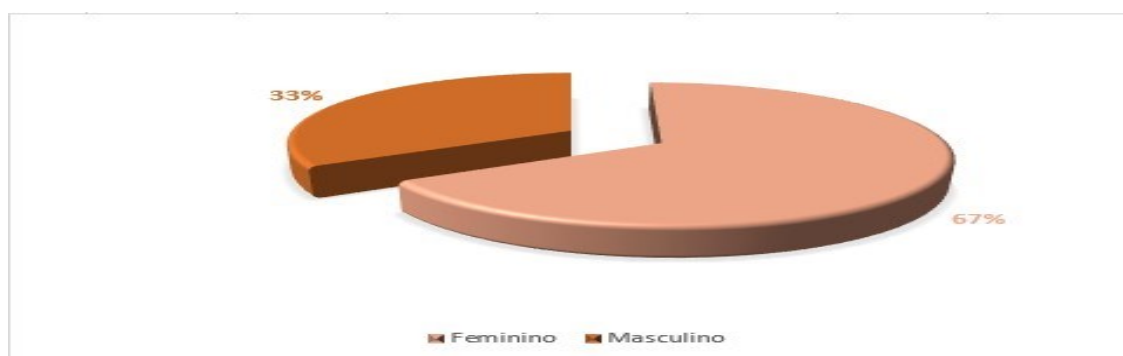
Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

É importante destacar que dentre os 54 dirigentes identificados, 35 atuaram em um único mandato, enquanto 19 foram reeleitos em mandatos consecutivos ou retornaram ao cargo de presidente por mais de um mandato em ocasiões diferentes. De acordo com a pesquisa preliminar, nos Estatutos das associações de arquivistas analisados até o momento, apenas na Associação dos Arquivistas do Estado do Ceará

(Arquive-CE) não é permitida reeleição para o mesmo cargo, o que representa um grande desafio para a entidade localizada em um estado que não oferece curso de Arquivologia.

Em outra análise dos resultados preliminares é possível observar o protagonismo das mulheres à frente de associações de arquivistas, constatando que dos 54 profissionais do universo identificado, 36 são do gênero feminino e 18 pertencem ao gênero masculino, conforme representado no Gráfico 2, a seguir:

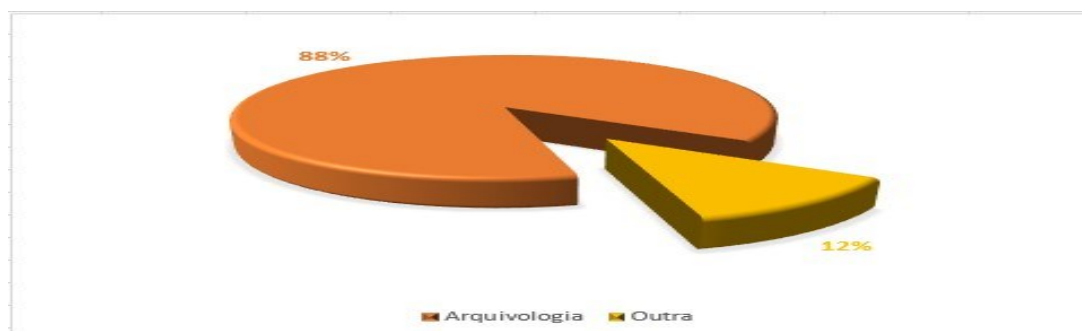
Gráfico 2 – Universo Identificado: Gênero



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Ainda que a predominância seja naturalmente de dirigentes com formação em Arquivologia ou reconhecido por lei, observa-se que profissionais com outras formações também participaram como presidentes das associações de arquivistas, conforme demonstra o Gráfico 3:

Gráfico 3 – Universo Pesquisado: Formação

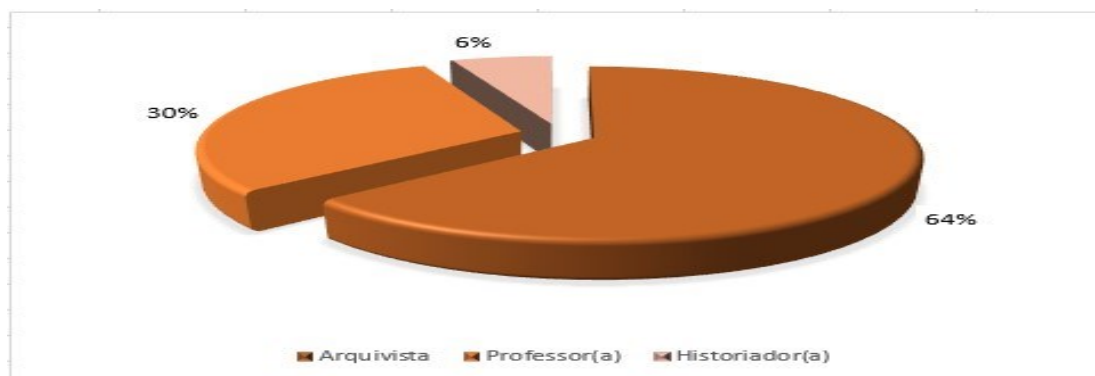


Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Constatou-se que dos 33 respondentes, 29 são arquivistas, indicando 88% do total, e apenas quatro profissionais possuem formação em História e Biblioteconomia. Dentre os 29 arquivistas que estiveram à frente das associações, estão incluídos os que possuem mais de uma graduação, sendo contempladas as áreas de Biblioteconomia, História e Psicologia.

Em relação à profissão, o Gráfico 4 indica que 21 questionários foram respondidos por arquivistas que exercem a profissão, refletindo 64% do total de respostas, dez atuam como professores nos cursos de graduação em Arquivologia, representando 30% dos questionários, e dois historiadores apontam para 6% do universo pesquisado.

Gráfico 4 – Universo Pesquisado: Profissão



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Analisando as respostas dos questionários e confirmando nas entrevistas, é possível afirmar que a proximidade dos professores que atuam na representação do movimento associativo de arquivistas com os alunos pode beneficiar em muito o engajamento dos futuros profissionais com as entidades representativas de classe. Tais evidências foram destacadas na ABARQ, AARS e AARQES. A proximidade e diálogo do movimento associativo com os cursos de formação apresenta-se extremamente benéfica na busca pelo avanço do pensar e atuar dos arquivistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É extremamente louvável o esforço dos profissionais que atuam de maneira voluntária em defesa da categoria. Observa-se que desde o surgimento da AAB e das demais associações profissionais, surgem grupos seletos de profissionais que mantêm as lutas do movimento e que buscam dar maior visibilidade à Arquivologia.

Alguns obstáculos afetam o andamento da pesquisa como, por exemplo, a dificuldade para identificar os dados sobre as diretorias dos extintos núcleos regionais da AAB, a falta de tempo na agenda dos ex-presidentes de associações e ex-diretores de núcleos regionais. Insere-se, ainda, o distanciamento social e a prática do *home office* que, no tempo atual, impedem o acesso e a pesquisa aos acervos não digitais mantidos pelas diversas entidades associativas e instituições arquivísticas que os preservam.

Estima-se que os resultados da pesquisa contribuirão para que as novas gerações de arquivistas e demais profissionais que atuam nos arquivos conheçam o legado dos protagonistas ativos e visíveis e outras vezes ativos e “ocultos”, que estiveram na vanguarda do movimento associativo. O resgate dessa memória revela-se oportuno em função da proximidade do cinquentenário do movimento associativo de arquivistas, em 2021.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Estatuto da AAB. **Revista Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, ano 1, n.0, p.8-10, 1972. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta11/acervo108449/108449_328.pdf. Acesso em: 5 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6546.htm. Acesso em: 2 jun. 2020.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1., 1972, Rio de Janeiro. **Anais**. Brasília, DF: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1979. 726p.

ESTEVES, Rita de Cássia São Paio de Azeredo; MELO, Katia Isabelli; FLORES, Debora; MACHADO, Evelise; SALES, Esmeralda. **Associativismo e Conselho empoderando a comunidade arquivística**. [S.l.]: Associação dos Arquivistas da Paraíba (AAPB), 12 jun. 2020. 1 vídeo (1h:28min). [Live]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uVOdEJ29GIg&feature=youtu.be>. Acesso em: 2 set. 2020. Grupo de Estudos Arquivísticos, 4ª Semana Nacional de Arquivo.

INFOESCOLA NAVEGANDO E APRENDENDO. **Mapa do Brasil dividido por Estados - em branco e com legendas**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/mapa-do-brasil/>. Acesso em: 17 set. 2020.

MELO, Katia Isabelli; FLORES, Débora; SALES, Esmeralda Porfirio de; MACHADO, Evelise Batista; ESTEVES, Rita de Cássia São Paio de Azeredo. Associativismo e conselho empoderando a comunidade arquivística. **Revista Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia (PBCIB)**, João Pessoa, v. 15, n. 3, p.217-231, 2020. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/54700/31474>. Acesso em: 3 set. 2020.

SILVA, Eliezer Pires da. **Memória e discurso do Movimento Associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**. Orientadora: Evelyn Goyannes Dill Orrico. Rio de Janeiro. 2013, 130f. Tese (Doutorado em Memória Social) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Teses/Tese27.pdf> Acesso em: 10 set. 2020.

SILVA, Eliezer Pires; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Memória e discurso dos arquivistas brasileiros na década de 1970. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação (RICI)**, Brasília, DF, v.5, n.2, p.93-109, jul/dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1735>. Acesso em: 10 set. 2020.

SOBRAL, Natanael Vitor; LESSA, Paulo Roberto Meireles da Silva. Conselho Profissional de Arquivologia: percepção dos arquivistas sobre a sua criação. **LOGEION: Filosofia da Informação**, v.6, n.2, p.157-177, 2020. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5152>. Acesso em: 17 set. 2020.

SOUZA, Katia Isabelli Melo. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011.

Notas

¹ O Grupo de Pesquisa foi constituído em 2020, registrado na Web no link dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1914242739014304 tendo a Prof.^a Katia Isabelli Melo como líder e Rita de Cássia São Paio de Azeredo Esteves como pesquisadora.

² Pesquisa realizada pela arquivista Rita de Cássia São Paio de Azeredo Esteves as 13 universidades federais e três estaduais, no período de 16/06 a 03/09/2018, via Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), solicitando o número de formados pelos respectivos cursos de Arquivologia desde a primeira turma até 2017.